

Resenha crítica

MACHADO, Mônica Sampaio. *A construção da geografia universitária no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009.

Robson Santos Dias*

Com a crise da chamada geografia tradicional a partir da década de 60 do século passado, surgiram várias revisões críticas da história do pensamento geográfico. A maioria discute o movimento de ideias que orientaram as pesquisas geográficas na Europa e nos Estados Unidos, de modo que qualquer estudante de geografia conhece, em maior ou menor grau, as concepções teóricas do determinismo ambiental, do possibilismo, da geografia quantitativa, da geografia humanística e da geografia crítica, assim como os principais chefes de escola. Esse movimento teve ecos no Brasil no final da década de 70, com grande influência de Milton Santos, que produziu uma crítica da geografia antes de propor sua geografia nova¹. A reboque, Antônio Carlos Robert Moraes publicou o livretinho que se tornou referência básica para qualquer curso introdutório da geografia, apesar de seu caráter explicitamente panfletário². Na década de 90, o principal trabalho foi feito por Paulo Cesar da Costa Gomes, que reconstruiu a história do pensamento geográfico a partir dos polos epistemológicos da ciência moderna³. Em consonância com a produção acadêmica dos países do norte, os autores brasileiros focaram nas ideias de fundo que direcionaram as teorias geográficas ao longo do século XX.

Por outro lado, a formação da comunidade científica de geógrafos, as ações de busca de reconhecimento acadêmico e científico, as disputas por espaço com disciplinas concorrentes e as demandas da sociedade que permitiram a consolidação do campo disciplinar da geografia foram claramente deixados de lado pela historiografia do pensamento geográfico, com a ilustre exceção de Horácio Capel⁴, infelizmente inacessível para a ampla maioria dos estudantes de geografia no Brasil. O caso torna-se ainda mais grave porque a produção nacional foca somente nas escolas do pensamento geográfico do exterior, em particular da França, da Alemanha e dos Estados Unidos. Há um constrangedor silêncio sobre o movimento das ideias geográficas no Brasil, seus principais pontos de difusão, suas relações com as escolas europeias e estadunidense.

* Licenciado em Geografia pelo Instituto Federal Fluminense. Mestre em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor do Instituto Federal Fluminense – *campus* Cabo Frio.

¹ SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec, 1978.

² MORAES, Antônio Carlos Robert. *Geografia: pequena história crítica*. São Paulo: Hucitec, 1981.

³ GOMES, Paulo Cesar da Costa. *Geografia e modernidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

⁴ CAPEL, Horacio. *Filosofia y ciencia en la geografia contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.

Assim, o estudante de geografia brasileiro conhece melhor o pensamento geográfico estrangeiro do que o autóctone.

Por isso, o livro de Mônica Sampaio Machado vem em boa hora minorar essa lacuna na geografia brasileira. A pesquisa, feita durante o doutoramento da autora, tem por tema o processo de formação e consolidação da geografia universitária do Rio de Janeiro através de sua principal universidade, a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Esta compõe, junto com o curso da Universidade de São Paulo e com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a tríade que formou os primeiros quadros de geógrafos profissionais no país e, portanto, que difundiu as principais ideias do pensamento geográfico brasileiro. Assim como Capel, Machado lança luzes, no contexto histórico-institucional, sobre fatos e as pessoas que criaram as condições para a institucionalização da disciplina geográfica e sua continuidade nos anos posteriores.

Através de uma rica análise documental, a autora refaz os principais percursos institucionais da geografia paralelamente com a própria história de formação da UFRJ. Esta história é contada em três atos: (1) o curso de geografia da Universidade do Distrito Federal, (2) o curso de geografia da Universidade do Brasil e (3) o curso de geografia da UFRJ, com especial foco na estruturação de seu programa de pós-graduação.

A Universidade do Distrito Federal foi uma instituição de ensino superior municipal criada em 1935 e extinta em 1938. Instituída sob os auspícios de Anísio Teixeira, a UDF seria o ápice do seu projeto de educação pública e englobaria desde a educação primária até a educação superior. Fundada sob princípios liberais, a UDF foi, em seu curto período de vida, um centro de formação intelectual de alto nível, sendo, em conjunto com a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, a primeira iniciativa de modernização da educação brasileira, responsável pela difusão de campos especializados do saber, que contribuiriam para o entendimento da realidade nacional por meio da pesquisa científica. Para tanto, além da contratação de intelectuais brasileiros de expressão na época, a UDF buscou atrair acadêmicos franceses, que orientariam a modernização da educação superior brasileira.

Neste contexto, o campo disciplinar da geografia foi estruturado na Escola de Economia e Direito da universidade. Um ponto que merece destaque é o fato de que o curso de geografia foi gestado em separado do de história, diferentemente do que ocorreu na USP e, posteriormente, na Universidade do Brasil. Em consonância com os objetivos de sua unidade acadêmica, o curso de geografia tinha o intento de formar professores de geografia para o ensino secundário e superior, o que não havia até então (o mesmo ocorrendo com o de história e como de ciências sociais), e promover pesquisas científicas para estudar o ainda pouco conhecido território nacional. Assim, por meio da associação entre ensino e pesquisa, a UDF se voltava para a formação de uma elite intelectual conhecedora e difusora da identidade nacional. Alguns dos professores que se destacaram no curso de geografia nesse período foram o geógrafo francês Pierre Deffontaines (geografia humana) e os brasileiros Fernando Antônio Raja

Gabaglia (fisiogeografia), João Capistrano Raja Gabaglia (práticas de geografia), José Junqueira Schimdt (geografia humana), Ernesto Street (geografia humana), Phillippe Arbos (geografia humana), Carlos Delgado de Carvalho (geografia humana), Mathias de Oliveira Roxo (paleogeografia e geologia), Alberto Betim Paes Leme (geografia regional) e Christóvam Leite de Castro (desenho cartográfico).

Em 1938 a UDF é extinta e substituída pela Universidade do Brasil, criada em 1937 pelo governo federal, para se tornar a universidade padrão do país. Trata-se de uma investida do governo federal e da Igreja Católica contra o ensino liberal promovido pela UDF, que foi substituído por um modelo de educação superior subserviente ao autoritarismo do governo federal e à forte influência, em seu início, da Igreja. Muitos professores e alunos da UDF foram transferidos para a UB, sendo que a indicação dos primeiros catedráticos era orientada pelo prestígio gozado pelos respectivos candidatos junto ao governo central, além, é claro, da liderança intelectual. Durante o percurso da UB até 1968, institucionalizou-se de modo mais sistemático, a prática da pesquisa científica, que, apoiada pelas recém-criadas CAPES e CNPq, estruturou os primeiros cursos de pós-graduação na universidade, que formaram a geração posterior de professores universitários.

Na nova universidade, o curso de geografia passa por dois momentos. O primeiro entre 1939 e 1955, em que a geografia se funde com a história, passando a funcionar na Faculdade Nacional de Filosofia, destinada a ser o centro de ensino das humanidades no Brasil. O segundo momento vai de 1956 a 1968, quando a geografia e a história se tornam independentes e passam a ser dirigidas por professores formados na própria universidade. Além de dar continuidade ao ideal da UDF de difundir a ideia de nação brasileira, o curso de geografia da UB se tornou estratégica para o governo federal obter maior conhecimento sobre o território nacional. Assim, a proximidade com o Estado possibilitou à geografia da UB recursos para a realização de suas atividades acadêmicas e científicas, assim como um destino facilitado para os profissionais formados. Por outro lado, aponta a autora, limitou a produção intelectual independente dos interesses estatais, diferentemente do curso uspiano, que conseguiu maior autonomia frente ao poder político.

Durante o primeiro momento, entre 1939 e 1955, a área de geografia do curso era composta pelos seguintes docentes: Victor Leuzinger (catedrático entre 1940 e 1966 - geografia física), Maria Luiza Fernandes (assistente em 1945- geografia física), André Gilbert (francês contratado durante os anos de 1939-1940 - geografia humana), Josué de Castro (catedrático entre 1940 e 1955 - geografia humana), Lucy de Abreu (assistente em 1943 e catedrática em 1955 - geografia humana), Carlos Delgado de Carvalho (catedrático de geografia do Brasil entre 1939 e 1942), Wanda de Mattos Cardoso Torok (assistente de geografia do Brasil entre 1941 e 1945), Hilgard O'Reilly Stenberg (catedrático de geografia do Brasil entre 1944 e 1964), Maria do Carmo Galvão (assistente de geografia do Brasil, 1951), Maria Therezinha Segada Soares

(assistente de geografia humana, 1950). Esse período é particularmente importante porque as bases do campo disciplinar da geografia são lançadas. Além disso, é também no primeiro período que ocorre a institucionalização formal da pesquisa em geografia, com a criação, em 1952, do Centro de Pesquisas de Geografia do Brasil (CPGB), coordenado pelo professor doutor Hilgard Sternberg, discípulo de Carl Sauer, que se tornou o embrião definidor de algumas linhas de trabalho posteriormente. A segunda geração de docentes foi a responsável pela constituição, na década de 70 do Programa de Pós-Graduação, e se torna assistente a partir da década de 50. Dentre eles se destacam Bertha Becker (assistente de geografia do Brasil, 1957), Maria Helena de Castro Lacorte (assistente de geografia do Brasil, 1959), Marina Del Negro Coque Santana (assistente de geografia humana, 1960), Jorge Xavier da Silva (assistente de geografia física, 1965), Dieter Muehe (assistente de geografia física, 1968) e Lia Osório Machado (assistente de geografia do Brasil, 1968).

Finalmente, chega-se ao terceiro momento, quando a Universidade do Brasil passa a ser denominada, a partir de 1965, Universidade Federal do Rio de Janeiro, na esteira das mudanças ocorridas na cidade do Rio de Janeiro em virtude da transferência do governo central para Brasília. Durante esse período, o agora departamento de geografia opta por se transferir para o Instituto de Geociências, na Ilha do Fundão, numa opção de afastamento das ciências humanas devido às tendências repressoras do governo militar sobre elas, e também para angariar mais financiamento junto com as “ciências duras”, então favorecidas pelos órgãos estatais. A criação do curso de pós-graduação em nível de mestrado em 1972 foi uma nova tomada de rumo da geografia, visto que promoveu uma maior aproximação com os órgãos de fomento e estimulou investimentos na qualificação do quadro docente ou na contratação de professores já portadores de títulos de doutorado, dentre eles, os professores Maurício de Almeida Abreu (Doutor pela Universidade de Ohio, EUA) e Milton Santos (Doutor pela Universidade de Strasburgo, França). Nessa fase verifica-se também a conquista de maior autonomia e consolidação profissional de nomes como Bertha Becker, Jorge Xavier da Silva, Maria do Carmo Galvão, Maria Therezinha Segada Soares, Maria Del Negro Santana, Maria Helena Castro Lacorte e Maria Luiza Fernandes, que atuavam como assistentes na época de Universidade do Brasil. Ao se estruturar o Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG), o segundo no Brasil (a USP já vinha produzindo teses doutorais desde 1944), a UFRJ se consolida como centro formador intelectual da nova geração de geógrafos que irão compor os novos departamentos de geografia do país, incluindo o próprio departamento da universidade. Alguns dos alunos formados, inicialmente no mestrado e, após 1992, também no doutorado, tornaram-se grandes nomes da geografia brasileira e influenciam os geógrafos formados a partir do final da década de 90.

Tendo em vista essa influência, a autora termina sua pesquisa analisando as tendências da produção discente no PPGG como um indicador do próprio pensamento

geográfico brasileiro. A análise aponta um histórico de ligeira concentração da produção acadêmica na geografia humana, em especial nas áreas de geografia urbana, geografia econômica, geografia agrária e geografia política. No entanto, a geografia física vem aumentando significativamente sua produção, equiparando-se, principalmente na década de 90, à geografia humana. No caso, merecem destaque as sub-áreas de geomorfologia, geoecologia e geoprocessamento. Um ponto a ser evidenciado é a preferência pelos estudos locais e, em menor grau, regionais, em detrimento dos temas nacionais e internacionais. É bastante revelador que, dos estudos locais, a maior parte focalize a cidade do Rio de Janeiro ou o território fluminense. Isto contrapõe, em parte, o estereótipo de que o departamento de geografia da UFRJ possui uma predileção por temas nacionais, fruto de sua construção histórica próxima aos interesses do Estado. O porquê dessa mudança não é muito discutido pela autora, porém pode-se especular que a crescente necessidade social de o Rio de Janeiro pensar a si mesmo antes de pensar o Brasil tenha tido seus reflexos nas pesquisas geográficas da universidade.

O livro de Mônica Sampaio Machado traz, portanto, uma excelente contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro. Espera-se que seu trabalho sirva de inspiração para outras pesquisas sobre o processo de institucionalização do campo disciplinar da geografia no país, assim como para a análise das principais correntes do pensamento geográfico desenvolvidas no país e de seus principais autores. É um caminho inevitável para os geógrafos brasileiros, caso queiram lidar com as incertezas que, volta e meia, rondam a disciplina geográfica.